

DESIGUALDADES LATENTES E PRECARIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

Ana Isabella Vieira Andrade

(Graduanda de Ciências Sociais da UFMG e Bolsista do FNDE do PET Ciências Sociais da UFMG)

anaisabella14102002@gmail.com

Ana Luisa Jascolka Sampaio Pontes

(Graduanda de Ciências Sociais da UFMG)

jascolkaana@ufmg.br

Janaína Martins Vilaça

(Graduanda de Ciências Sociais da UFMG)

janainamvilaca@hotmail.com

Laura Signorini Rossi

(Graduando de Ciências Sociais da UFMG)

laurasignorini@ufmg.br

RESUMO: O presente artigo, possui como objetivo principal analisar como a formação econômica do Brasil, que estrutura diversas desigualdades, resultando em profundas disparidades regionais e sociais (Furtado, 1959), se relaciona com o cenário precarizado do mercado de trabalho, e como políticas públicas podem ser uma grande ferramenta para mitigar essas desigualdades. Para isso, tomamos como hipótese que as desigualdades do país como de renda, de raça e de escolaridade impactam diretamente na estruturação do mercado de trabalho. E que políticas públicas podem ser um mecanismo para amenizar essas desigualdades.

INTRODUÇÃO

A estruturação econômica brasileira, e consequentemente, a formação do mercado de trabalho brasileiro foram fortemente marcadas pela utilização maciça de mão de obra escrava, sendo essa utilização um dos alicerces econômicos que possibilitou a estrutura econômica e

industrial que existe hoje (Furtado, 1959). A partir dessa estruturação, fica nítido que a desigualdade sempre foi intrínseca ao processo de desenvolvimento no Brasil.

Aliado a isso, a precarização do mercado de trabalho é uma realidade mundial, o sistema capitalista vem apresentando um movimento tendencial em que a terceirização, a informalidade, a precarização, a materialidade e a imaterialidade são fundamentais para a preservação e para a ampliação de sua lógica de acumulação de capital (Antunes, 2015).

Assim, podemos ver como esses dois fenômenos, a precarização do trabalho e a estrutura desigual da formação econômica brasileira, interagem e se complementam, já que a precarização do trabalho estaria na origem de um processo mais amplo de precarização social (Castel, 2005).

A fim de entender melhor como essas duas questões atuam de forma conjunta, o presente trabalho pretende analisar a história de formação econômica desse país que estrutura tanto o mercado de trabalho como as diversas formas de desigualdades latentes. Além de discutir a história que entrelaça esses dois fenômenos, o presente trabalho também pretende discutir brevemente o impacto de políticas públicas e sua relação com a diminuição da desigualdade.

Para tal ação, foi adotado a metodologia de revisão bibliográfica acerca das literaturas que abordam a história da construção da estrutura econômica brasileira, assim como da formação e da prevalência das desigualdades no território. Além disso, será feita uma análise quantitativa e qualitativa sobre as estatísticas das políticas públicas, a fim de medir a efetividade delas na redução das desigualdades no mercado de trabalho.

1. DESIGUALDADE NO BRASIL E A IMPORTÂNCIA DA DEMOCRACIA NO COMBATE A DESIGUALDADE

A industrialização no Brasil começou de forma simultânea em quase todo território nacional, com as primeiras instalações de manufaturas têxteis modernas na região Nordeste do país. Entretanto, ao longo do processo, houve uma concentração de indústrias na região Sudeste, particularmente em São Paulo, devido a disponibilidade de capital proveniente da cafeicultura e a infraestrutura mais desenvolvida. Essa concentração regional da indústria brasileira é

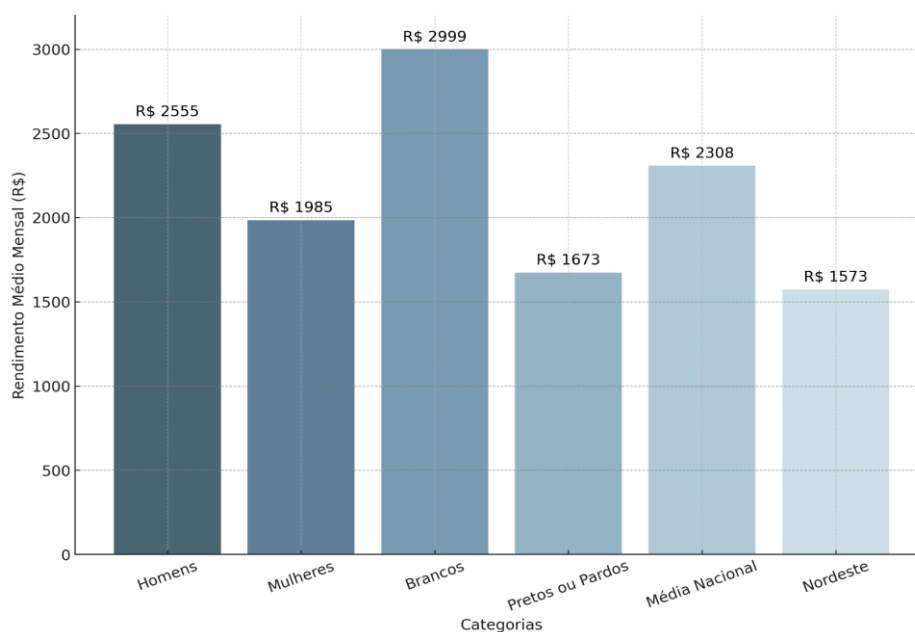
fundamental para determinar as desigualdades econômicas entre as diferentes regiões do país (Furtado, 1959).

A forma como a indústria nacional se estruturou, fez com que desigualdades fossem ainda mais aprofundadas, como as desigualdades regionais e as raciais, já que o período de escravidão foi profundamente fundamental para o desenvolvimento do país, tendo seu período de industrialização marcado pela transformação de mão de obra negra e escrava em mão de obra livre, porém precarizada (Antunes, 1999).

A precarização das condições trabalhistas dos negros no Brasil é uma questão histórica, enraizada na sociedade brasileira. O passado escravista no Brasil deixou raízes profundas na sociedade brasileira (Costa, 2017).

A história da formação social brasileira faz com que diversas desigualdades latentes se interseccionam. Raça, gênero e região são algumas das desigualdades observadas aqui, que revelam que mulheres, pessoas negras e nordestinos possuem uma remuneração menor em relação a homens brancos de outras regiões do país.

Gráfico 01 - Desigualdade salarial no Brasil por gênero, raça e região. (PNAD 2019)



Fonte: PNAD 2019

A posição econômica mundial que o Brasil ocupa é também um fator muito importante para a compreensão da estruturação das desigualdades no país. A subordinação econômica do Brasil se liga à manutenção das desigualdades sociais do país. Tendo em vista que a inserção subordinada do Brasil na economia internacional reforça as desigualdades internas, perpetuando um ciclo de dependência e desigualdade social (Santana, 2019).

Outro ponto que merece destaque no que se trata a temática de desigualdades no contexto brasileiro é a transformação que se teve com o início do período democrático, após a época da ditadura militar. Primeiramente, é importante frisar que a desigualdade pode se relacionar a dimensão monetária, que se refere às rendas de cada pessoa, e a não monetária, que diz respeito à fatores além da renda, como principalmente o acesso a recursos e serviços básicos como saúde, educação (Arretche, 2018).

Essa segunda abordagem sobre as desigualdades se inspira na noção de capacidades de Amartya Sen, na qual se analisa a vida dos indivíduos segundo a lógica de que existem pessoas que possuem mais oportunidades que outras, sendo assim necessário a criação de políticas públicas capazes de fornecer as capacidades essenciais para se ter uma vida digna e para maior inclusão na sociedade. Ademais, segundo a autora Nussbaum capacidades que possam garantir à vida, à saúde corporal, à afiliação, à sociabilidade, à liberdade de pensamento, entre outros são fundamentais para que se obtenha um corpo social contemplado pelos direitos humanos (Zeifert, 2019).

Dessa forma, partindo do entendimento das diferentes ideias acerca da desigualdade, é possível realizar uma análise quanto a inserção da Constituição Federal em 1988. Antes de seu estabelecimento, o corpo social brasileiro era dividido entre os insiders parte da população que estava inserida no mercado de trabalho formal e eram assegurados pelas leis trabalhistas, e os outsiders, parte não inclusa nesse contexto. O abismo de desigualdade existente entre esses dois grupos era grande, visto que os insiders possuíam direito a serviços públicos como saúde e aposentadoria, enquanto os outros não possuíam os mesmos direitos (Arretche, 2018).

Nesse sentido, a CF de 1988 foi responsável pela inclusão dos outsiders nas políticas públicas, por meio do estabelecimento de dois mecanismos importantes: a vinculação da aposentadoria não contributiva ao valor do salário-mínimo e a regulamentação e constitucionalização de políticas que garantissem o acesso público, universal e gratuito a

sistema de saúde e educação. Ambas as ações foram de suma importância para que houvesse uma mudança no cenário da desigualdade, mais especificamente em sua redução, uma vez que possibilitou com que houvesse o surgimento de estratégias públicas como a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), programas de transferência de renda como o Bolsa Família, entre outras medidas de caráter ou não monetário (Arretche, 2018).

Ademais, um fator a se destacar é a importância do ambiente político para a implementação de políticas públicas que reduzam a desigualdade. No período da ditadura militar, o corpo social, principalmente dos outsiders não possuíam voz para conseguir exigir e lutar pelos seus direitos, além de que não eram incluídos nos processos de votação. Entretanto, no período democrático esse cenário sofreu modificação, com a universalização do voto e consequentemente maior mobilização política para pressionar os partidos na criação de medidas que pudessem reduzir as desigualdades existentes no Brasil (Arretche, 2018).

Portanto, fica evidente que o período democrático teve suma importância para que começasse o surgimento de políticas públicas capazes de mitigar as desigualdades existentes no Brasil, principalmente no que tange ao acesso de serviços e capacidades básicas e transferência de renda. Entretanto, por mais que medidas tenham sido criadas e tenham tido sua devida importância, elas por si só não foram totalmente efetivas para que se tivesse a redução completa das discrepância entre os indivíduos no Brasil, visto que uma série de outros fatores presentes na sociedade, no seu histórico econômico e primordialmente na forma como o ambiente de trabalho funciona também auxiliam para que haja a precarização de parte da população no mercado de trabalho e consequentemente aumente as desigualdades latentes no país.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS

Tendo como base que o processo de democratização e o estabelecimento da Constituição Federal de 1988 foram de grande relevância e influência para inserção dos outsiders e para formulação de políticas públicas no país, é possível traçar um panorama acerca dos impactos que alguns programas das áreas de transferência de renda, educação, assistência social e saúde geraram para o corpo social brasileiro ao longo dos anos. Essas ações, quando

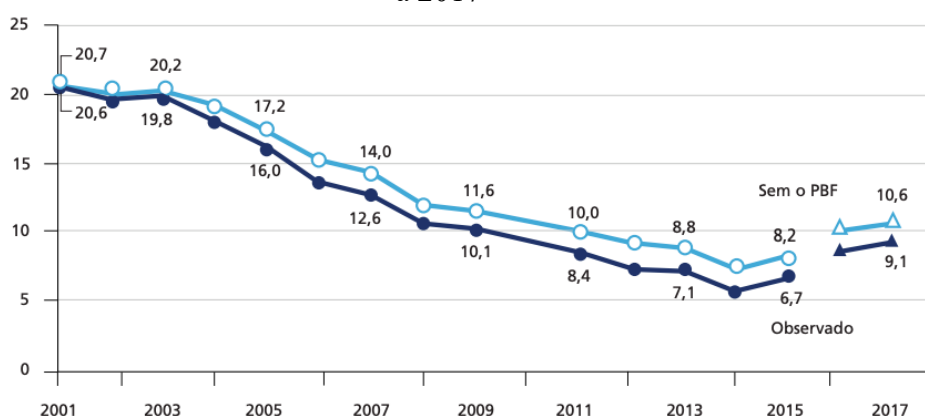
bem implementadas, podem criar um ambiente mais justo e equitativo, promovendo o desenvolvimento social e econômico de forma inclusiva. Dentre elas, destacam-se:

2.1 BOLSA FAMÍLIA

Criado no ano de 2004, o Programa Bolsa Família (PBF) se trata de um programa federal de transferência direta e indireta de renda que integra "benefícios de assistência social, saúde, educação e emprego, destinado às famílias em situação de pobreza", além de oferecer "ferramentas para a emancipação socioeconômica de famílias em situação de vulnerabilidade social" (BFA-GOV). Essa transferência de renda é feita em dinheiro para famílias de forma focalizada e condicionada, assim buscando alcançar os mais pobres e estabelecendo compromissos, em geral quanto a saúde e educação, para que estes recebam o auxílio. É nítido, portanto, que o objetivo principal do programa é reduzir a pobreza e a desigualdade social no Brasil. Diante das condições impostas pelo governo para que os beneficiários possam receber o auxílio, é perceptível, também, que o programa busca reduzir as desigualdades não apenas via suporte financeiro, mas também por incentivo educacional, em uma proposta de ampliação de oportunidades a longo termo àqueles carentes.

Devido à grande cobertura e à boa focalização de seu grupo alvo, o Programa Bolsa Família tem contribuído fortemente para a redução da pobreza, sobretudo da extrema pobreza, como pode ser verificado através do gráfico:

Gráfico 02 - Evolução da taxa de pobreza com e sem as transferências do PBF de 2001 a 2017



Fonte: Souza et al. (2019) com base nas PNADs (2001-2015) e PNADs Contínuas (2016-2017).

De acordo com o gráfico, foi observada uma queda de 1,3 % por ano na taxa de extrema pobreza a partir de 2004 impulsionada pelo Programa Bolsa Família, o que, em termos relativos, corresponde a uma redução de aproximadamente 25% da pobreza extrema. Quanto à pobreza, representada por R\$ 178 per capita, a redução percentual é de, em média, 1,6 % ao ano, mas relativamente menor, em torno de 15%. Isso significa que, em 2017, mais de 3,4 milhões de pessoas deixaram de viver em pobreza extrema por causa do Bolsa Família e 3,2 milhões saíram da linha de pobreza. Segundo a PNAD, no mesmo ano 70% dos pobres e dos extremamente pobres participavam do programa.

Diante do apresentado, é reconhecido que o Programa Bolsa Família impactou positivamente a redução da desigualdade social, uma vez que diminuiu não apenas a quantidade de pessoas em situação de pobreza, mas também a intensidade e a desigualdade desta. Apesar disso, o programa sozinho não é capaz de reprimir a desigualdade social no Brasil, sendo necessária sua combinação com outros programas de assistência social.

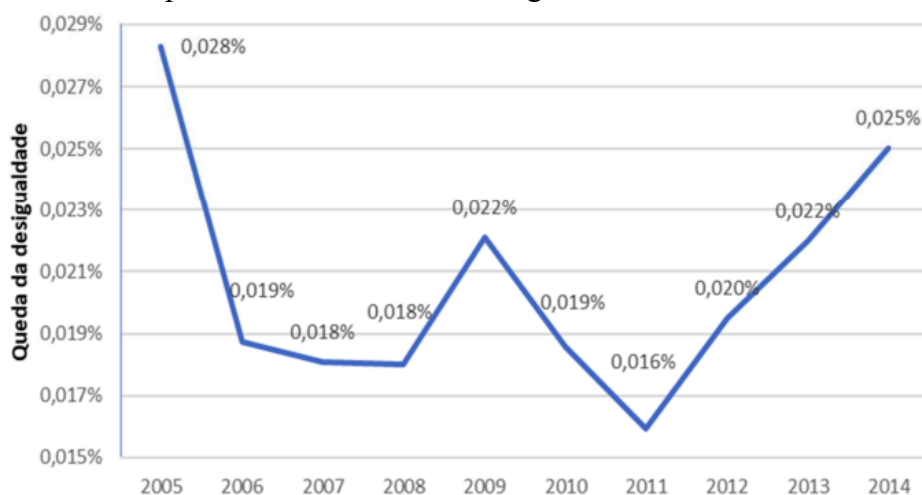
2.2 EDUCAÇÃO

Além de programas de transferência de renda, iniciativas do governo de incentivo e permanência em âmbito educacional têm grande relevância na redução da desigualdade social a longo prazo. Além da Lei de Cotas, a qual estabelece a reserva de vagas em instituições públicas de ensino superior para estudantes de escolas públicas e para grupos historicamente marginalizados, como negros e indígenas, o Programa Universidade para Todos (ProUni) é também um importante meio de democratizar o acesso ao ensino superior para aqueles que não possuem condições financeiras de permanecerem em faculdades particulares.

Dessa maneira, o ProUni caracteriza-se como uma iniciativa do Ministério da Educação que oferece bolsas de estudo integrais e parciais em instituições de ensino superior privadas, e pode ser uma ferramenta importante na luta contra a desigualdade social no Brasil. Nesse sentido, ao facilitar o acesso à educação, o programa contribui para a diminuição da exclusão educacional, especialmente em regiões mais pobres do Brasil, onde o acesso à educação superior é ainda mais limitado; e a mobilidade social, uma vez que estudantes com formação superior têm mais chances de obter melhores empregos e, consequentemente, melhorar a qualidade de vida de suas famílias.

Quanto aos impactos mensuráveis do ProUni no país, pode-se observar:

Gráfico 03 - Impacto do Prouni sobre a desigualdade de renda entre municípios



Fonte: Cerqueira (2019) com dados obtidos em ipeadata.gov.br

Em 2005, primeiro ano do programa, o impacto do acréscimo da bolsa do ProUni sobre a desigualdade foi de uma queda de 0,028%. Este impacto diminuiu nos anos seguintes, possivelmente devido a oscilações no valor real da bolsa, e voltou posteriormente a crescer, atingindo 0,025% em 2014. Diante disso, é inegável a relevância do Programa Universidade para Todos como política de redução das desigualdades no Brasil.

2.3 POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PNAS)

No ano de 1998, no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) é aprovada de forma unânime pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Para entender como se deu essa decisão, em primeiro lugar, é necessário entender o que cada um dos elementos citados significa. O CNAS foi instituído pela Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) e seu objetivo principal consiste no controle social, no controle das necessidades do povo brasileiro e na aprovação de políticas públicas que possam suprir essas demandas. Além disso, o conselho tem a função reguladora da prestação de serviços públicos e privados de assistência social, como também se mantém com a premissa de participação de várias camadas da sociedade (sendo 18 membros no total, 9 representantes de órgãos governamentais e 9 membros da sociedade civil).

Com isso, a PNAS é um tipo de política que enxerga as desigualdades como um todo e tem a função de combatê-las, visando a universalização de diversos direitos sociais para populações que se encontram em situação de vulnerabilidade. De acordo com a LOAS, a Política Nacional de Assistência Social é regida por alguns princípios democráticos, sendo eles:

I – Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;

II – Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;

III – Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

IV – Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;

V – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.”

A partir desses princípios, a PNAS se compromete a diminuir e mudar as desigualdades existentes no Brasil, a partir de programas, projetos ou benefícios destinados às famílias ou indivíduos que se encaixam nos parâmetros da política, que podem ser desde membros da comunidade LGBTQIAP+, pessoas com falecimentos na família, que foram excluídas de outras oportunidades pela condição econômica, que estão em situação de risco, entre outras. É possível perceber que a PNAS é de suma importância para o cumprimento do que é função do Estado, de acordo com a constituição de 88. Sendo assim, a Política Nacional de Assistência Nacional, como várias outras políticas públicas brasileiras, apresenta uma perspectiva de ascensão social.

2.4 PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO (Pronatec)

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, também conhecido como Pronatec, é uma das políticas públicas de grande impacto na diminuição das desigualdades no contexto brasileiro. De acordo com o próprio site do Ministério da Educação

(MEC), o programa foi criado em 2011 pelo Governo Federal, que à época tinha como presidente Dilma Rousseff. A finalidade do Pronatec é de aumentar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica a partir de projetos, ações de assistência técnica e financiamento.

Dentre seus objetivos, os principais consistem em expandir a quantidade de centros federais que fazem parte do projeto, ampliação de cursos ofertados na modalidade à distância, ampliação de cursos ofertados de forma gratuita em instituições públicas e privadas, ampliação das formas de capacitação ofertadas pelo programa que se articulem com as políticas de geração de emprego, dentre outras. Além disso, o programa também disponibiliza a Bolsa Formação, que se relaciona com uma ampliação ainda maior ao acesso de uma educação especializada pelo público-alvo. A partir desse contexto, o Pronatec tem como grupos aptos para participarem da iniciativa estudantes do ensino médio da rede pública (incluindo alunos que fazem parte do EJA -educação de jovens e adultos-), beneficiários dos programas de transferência de renda do governo, e estudantes que realizaram o ensino médio na rede pública.

Com esses dados, é possível perceber que o pronatec se refere à uma camada específica da população brasileira a partir do acesso à educação que ela recebe: pessoas que são geralmente de baixa renda e por isso realizam seus estudos a partir da rede pública de ensino ou saem da escola antes de se formarem (geralmente para que possam ingressar no mercado de trabalho), como é o caso do EJA. Sendo assim, o programa apresenta uma possibilidade de ingressar no mercado de trabalho, mostrando grande aprovação, principalmente entre os beneficiários de mais de uma política de transferência de renda, como foi exposto em 2015, pela então ministra Tereza Campelo:

“A taxa de conclusão dos cursos entre os beneficiários do Bolsa Família é de 81,4%, superior à média geral, que é de 79%. Entre os aprovados, os estudantes do Bolsa Família também têm obtido mais sucesso, já que 88,3% foram aprovados nos cursos, enquanto a média geral de aprovação é de 87,1%.”.

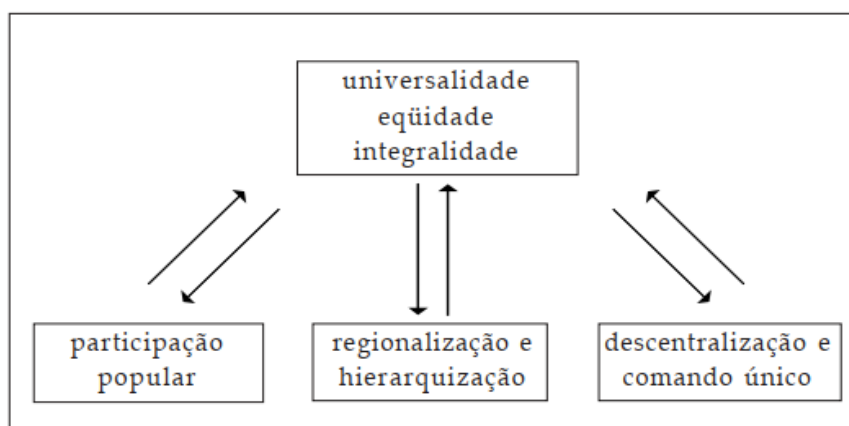
Além disso, Campelo reitera a importância do projeto na economia e agenda do país, uma vez que vários deles ingressaram no mercado formal de trabalho após ingressarem no Pronatec.

2.5 SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

Juntamente do Bolsa Família, o Sistema Único de Saúde é uma das (se não a mais) políticas públicas mais conhecidas pelos brasileiros. O SUS, durante seu processo de construção e aplicação, surgiu a partir de uma série de reivindicações políticas e ideológicas. Em seu início, ele apenas visava erradicar doenças de massa que preocupavam o governo no momento, mas após a redemocratização e com a constituição de 88, o conceito de saúde mudou e se formalizou, fazendo com que o Estado passasse a ter uma função diferente em relação a suas obrigações para com os brasileiros.

A partir do conceito novo de saúde, que vai além do estado “sem doenças”, elementos importantes enquanto condicionantes da saúde podem ser considerados, como: condições geográficas (água, alimentação, moradia), acesso à educação, lazer, emprego; garantia de acesso aos serviços de saúde responsáveis pela promoção, proteção e recuperação da saúde, entre outras condições. Com isso, fica claro que o SUS se estabelece como um dos sistemas mais importantes no Brasil, sendo responsável por não só garantir tratamentos para doenças de forma gratuita e acessível, mas também garantir condições dignas de vida, que também impactam no bem-estar do cidadão.

Para mais, no que tange o funcionamento do SUS, se trata de um sistema, ou seja, várias instituições e instâncias fazem parte do projeto como um todo e todas elas funcionam da mesma maneira em todo o país. Ao se tratar de seus princípios doutrinários, todas as pessoas possuem acesso à saúde, não só os contribuintes e brasileiros (estrangeiros também pode usar o SUS); o sistema também se baseia em conceitos de justiça social, levando em conta o dever de diminuir as desigualdades a partir das necessidades específicas de cada indivíduo/grupo, construindo um sistema capaz de suprir tais demandas que surgirão. Outrossim, o poder do SUS é distribuído de forma descentralizada, levando em conta as especificidades de cada região além da possibilidade de participação popular a partir dos conselhos e conferências de saúde.



Esquema de como funciona o SUS, p. 300

Por fim, fica claro o caráter multifatorial do SUS, além de sua grande importância em termos de direitos conquistados e no campo das políticas públicas, uma vez que disponibiliza para a população brasileira uma série de recursos que visam a diminuição das desigualdades no país.

3. PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL

Como já observamos aqui, o mercado de trabalho brasileiro é fruto de um processo de desenvolvimento econômico desigual, que gerou e aprofundou desigualdades. Já que o trabalho escravo foi essencial na formação econômica brasileira, sendo o responsável pela sustentação das atividades produtivas no período colonial (Santos, 2020).

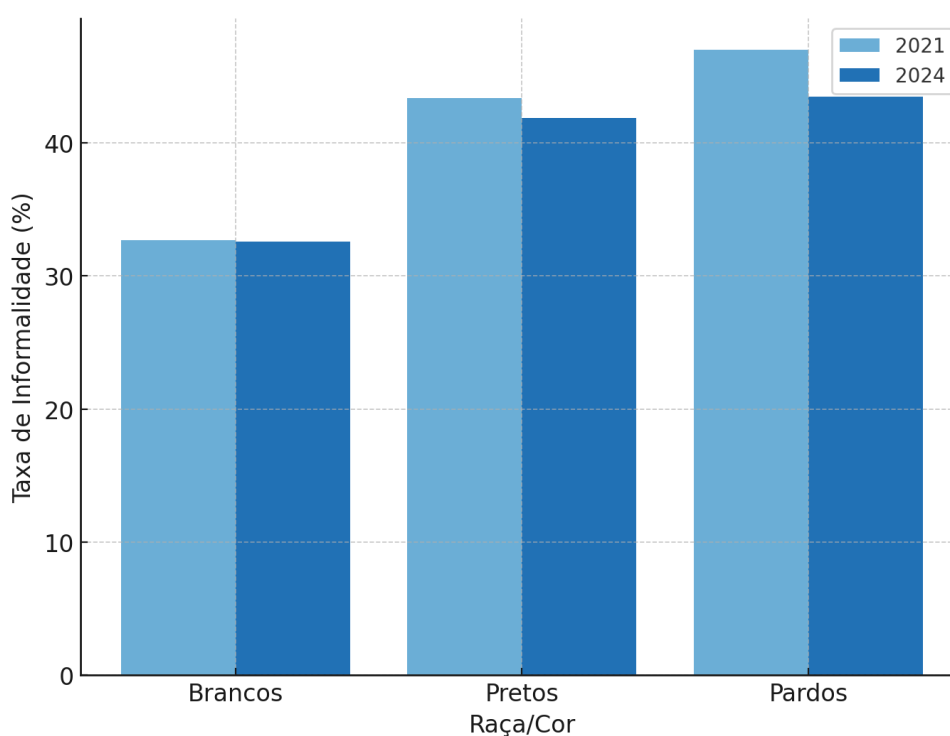
Além das especificidades do mercado de trabalho brasileiro, a precarização do trabalho não é um fenômeno exclusivo do país, o fenômeno da precarização trabalhista demonstra ser uma realidade mundial, o sistema capitalista apresenta uma tendência de ampliação da terceirização, da informalidade, para a preservação e para a ampliação de sua lógica de acumulação de capital (Antunes, 2015).

Dessa forma, pessoas que já sofrem com as desigualdades sociais no país, como de gênero e de raça, são as mais afetadas pelos sintomas de precarização generalizada do trabalho. Apesar de não serem os únicos a sofrerem com a precarização, já que a precarização e intensificação do trabalho se tornaram um fenômeno social total, atingindo toda a sociedade (VASCONCELOS; SOUZA, 2016).

O trabalho formal, contratado e regulamentado vem sofrendo um processo de erosão (Antunes, 2018), sendo a informalidade um dos sintomas da precarização do trabalho que mais vem crescendo no Brasil.

Apesar da precarização do trabalho ser mundial e afetar a todos, pessoas negras têm sofrido mais com seus sintomas. Pretos e pardos no Brasil trabalham mais na informalidade do que pessoas brancas, segundo o IBGE.

Gráfico 04 - Taxa de informalidade no Brasil por raça (2021 vs 2024)



Fonte: PNAD contínua 2021 e PNAD contínua 2024 quarto trimestre.

Como podemos ver através dos dados, pessoas negras no Brasil estudam em maior número na informalidade em relação a pessoas brancas. O passado escravocrata e colonial certamente foi fundamental pela organização da desigualdade racial no Brasil, e a formação e a estruturação do mercado de trabalho fortaleceram ainda mais essas raízes, fazendo com que seus efeitos sejam sentidos ainda nos dias de hoje, onde pessoas negras ocupam piores cargos e estão mais na informalidade.

A educação é um fator fundamental para determinar os impactos da precarização, no Brasil pessoas negras. Segundo dados do IBGE, da PNAD continua de 2024 do quarto trimestre, jovens negros de 18 a 24 anos cursando ou que concluíram o ensino superior é de 19,3%, enquanto entre brancos é de 36%. Assim, a relação entre negros e brancos na informalidade pode começar a ser compreendida.

A educação exerce um papel fundamental na manutenção das desigualdades, quando observamos as tensões e disparidades existentes entre a educação pública e a educação privada (Santos, 2005).

Dessa forma, políticas públicas voltadas a fortalecer e ampliar o acesso à educação pública de qualidade, podem afetar positivamente o cenário do mercado de trabalho interno, capacitando pessoas negras, diminuindo as desigualdades latentes já existentes, e minimizando o impacto da precarização do trabalho.

CONCLUSÃO

A precarização do mercado de trabalho no Brasil reflete desigualdades estruturais historicamente enraizadas, sobretudo raciais, de gênero e de classe. A formação econômica do país consolidou um mercado excludente, onde a informalidade e a desproteção social atingem majoritariamente grupos vulneráveis.

As políticas públicas analisadas, como o Bolsa Família, o SUS e o Pronatec, tiveram papel relevante na mitigação dessas desigualdades, promovendo inclusão e acesso a direitos básicos. No entanto, apesar dos avanços, essas iniciativas não foram suficientes para transformar a estrutura desigual do mercado de trabalho, que segue marcado pela informalidade e precarização.

Para superar esse cenário, é essencial fortalecer políticas de valorização do trabalho formal e ampliação da educação de qualidade, além de garantir maior participação democrática na formulação de medidas que promovam um mercado de trabalho mais justo e equitativo. A transformação estrutural do país depende de um compromisso contínuo com a redução das desigualdades e a promoção de oportunidades para todos.

Referências:

- ANTUNES, Ricardo. **Desenhando a nova morfologia do trabalho: As múltiplas formas de degradação do trabalho.** Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 83, p. 19-34, 2008.
- ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho.** São Paulo: Boitempo, 1999.
- ARRETCHE, Marta. **Democracia e Redução da Desigualdade Econômica no Brasil: a inclusão dos outsiders.** Revista Brasileira de Ciências Sociais (Online), v. 33, p. 1-23, 2018.
- CAMPOS, Francisco E.; TONON, Lídia M.; JÚNIOR, Mozart de O. **Sistema Único de Saúde: Princípios.** Planejamento e Gestão em Saúde, Belo Horizonte, p. 285-304.
- CERQUEIRA, Henrique C. **Uma análise acerca dos impactos do Prouni sobre a desigualdade de renda e o crescimento econômico.** Brasília: IPEA, 2019.
- Conselho Nacional de Assistência Social. **Gov.br, 2019.** Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/participacao-social/conselho-nacional-de-assistencia-social>. Acesso em: 29 ago. 2024.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.
- LETELIER, Maria Eugenia G. **Escolaridade e inserção no mercado de trabalho: reflexões sobre a precarização do emprego.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 33, n. 118, p. 151-172, 2003.
- Obra reúne avaliações sobre o Pronatec e seus resultados. **Portal.mec.gov.br, 2015.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/209-564834057/21462-obra-reune-avaliacoes-sobre-o-pronatec-e-seus-resultados#:~:text=A%20taxa%20de%20conclus%C3%A3o%20dos,%C3%A9%20de%2087%2C1%25>. Acesso em: 29 ago. 2024.
- PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. **A inserção subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho: consequências territoriais e perspectivas em tempos de globalização.** Sociedade & Natureza, v. 22, p. 347-355, 2010.
- PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Degradação do trabalho e políticas sociais “ativas” na ordem neoliberal: aproximações ao caso brasileiro.** 2015.
- PIRES, Maria I. S. **Política Nacional de Assistência Social, SUAS e legislações pertinentes.** Justiça.pr.gov. Disponível em: https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/migrados/File/Capacidade/material_apoio/mariaizabel_suas.pdf. Acesso em: 29 ago. 2024.

Pronatec. **Portal.mec.gov.br**. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=34661:pronatec>. Acesso em: 29 ago. 2024.

SANTANA, Marcelino de Carvalho; CASTRO, Joana D'arc Bardella. **O Brasil no contexto da internacionalização financeira: subordinação e dependência econômica no cenário político atual**. Revista Brasileira de Economia, v. 73, n. 2, p. 65-85, 2019.

SANTOS, Nathan Barbosa dos; DARIDO, Marcela; COELHO, Sillas de Castro Ferreira; BASTOS, Vinícius Azevedo. **O trabalho escravo em Formação Econômica do Brasil de Celso Furtado**. Anais do X Encontro de Pós-Graduação da ANPUH-SP, 2020.

SORDI, Denise De. **Empobrecimento, fome e pandemia: o Auxílio Emergencial, o fim do Programa Bolsa Família e o Auxílio Brasil, 2019-2022**. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 30, n. suppl 1, p. e2023032, 2023.

SOUZA, Pedro H. G. Ferreira de; OSÓRIO, Rafael Guerreiro; PAIVA, Luís Henrique; SOARES, Sergei. **Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade: um balanço dos primeiros quinze anos**. Texto para discussão 2499. Rio de Janeiro: IPEA, 2019.

VASCONCELOS, Ana Clara Telles de; SOUZA, Maria de Fátima Bruno de. **A intensificação e precarização do trabalho: um estudo bibliográfico**. Revista de Políticas Públicas e Gestão Educacional, v. 20, n. 3, p. 1-15, 2016.

ZEIFERT, Anna Paula Bagetti. **Pensar as políticas públicas a partir do enfoque das capacidades: justiça social e respeito aos direitos humanos**. Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas - UNIFAFIBE, v. 1, p. 1, 2019.